

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão

Jacinto Nunes

# **Introdução à Epistemologia e Metodologia Económicas contemporâneas**

**O Post-Positivismo**



*Lição proferida pelo  
Prof. M. Jacinto Nunes  
aquando do seu jubileu  
em 18 de Janeiro de 1996  
no ISEG/UTL*

## INDICE

<b>I. Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>II. O Interlúdio Popperiano .....</b>	<b>7</b>
<b>A. Teorias do Crescimento do Conhecimento</b>	
1) Popper: O Falsificacionismo, A Análise Situacional	
II) Lakatos: A Metodologia dos Programas de Investigação Científica (M.S.R.P.)	
<b>B. A Sociologia do Conhecimento Científico (S.S.K.)</b>	
1) Kuhn: A Estrutura das Revoluções Científicas	
II) Feyerabend: O Anarquismo Metodológico	
<b>III. O Pluralismo Metodológico .....</b>	<b>21</b>
<b>A. Caldwell</b>	
<b>B. I) Lawson: O Realismo Científico</b>	
II) Maki: O Realismo Essencialista	
<b>C. McCloskey: A Retórica Económica</b>	
<b>D. Van Fraassen: O Construtivismo Empírico</b>	
<b>E. Boyland e O Gorman: O Holismo Causal</b>	
<b>F. O Pluralismo Metodológico de Caldwell</b>	

# INTRODUÇÃO À EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA ECONÓMICA CONTEMPORÂNEAS

## O POST-POSITIVISMO

### 1. INTRODUÇÃO

1. Analisámos, na primeira parte do curso, o positivismo que prevaleceu na economia no Séc. XIX atingiu o seu apogeu nos anos trinta deste século e continua a ser aplicado na actualidade, embora em declínio, pela corrente dominante na economia.

Dissemos que a distinção entre economia normativa e positiva se deve a Senior. O positivismo foi seguido pelos economistas do século XIX, Cairnes, Stuart Mill, Neville Keynes (o pai de J.M. Keynes) e salientámos David Hume com a sua guilhotina (o termo é de 1970). Cfr. Blaug [1992] e Nagel [1961].

Esclarecemos que a metodologia descritiva trata do que faz a maior parte dos economistas, enquanto que a metodologia prescritiva se ocupa do que eles deviam fazer para a economia progredir.

No positivismo, considerámos o positivismo lógico do Circulo de Viena, o empirismo lógico e o operacionalismo.

Fizemos uma anotação mais pormenorizada ao “Ensaio sobre a Natureza e Significação da Ciência Económica” de Robbins, dado que a sua influência chega aos nossos dias. O positivismo por ele defendido está hoje posto de lado, mas a sua contribuição para a legitimação da teoria económica foi excepcionalmente relevante.

Robbins introduziu três hipóteses fundamentais: a escassez de bens, a existência de uma escala individual de preferências e a presença de mais de um factor de produção, mas não considera outra hipótese fundamental: a do comportamento racional.

Afirmando que uma acção racional implica a ideia de uma acção moral apropriada, exclui da análise económica o princípio da racionalidade e vem confirmar o sentido da economia “wertfrei” na acepção de Max Weber. Admite apenas a racionalidade no sentido de consequente. A racionalidade para ele não implica consistência na escolha. Ele admite, e bem, a escassez de meios em relação aos fins, mas não considera a possibilidade da inconsistência dos fins.

Quarenta anos depois, em 1971, Robbins fez uma autocrítica do seu trabalho na sua autobiografia. Embora refutando muitas das críticas sobre a sua obra admite ter sido

demasiado essencialista. O mesmo faz, em 1979, numa recensão bibliográfica de um livro editado por Latsis, em 1976, com as comunicações do Congresso de Nafplian na Grécia.

Segundo ele, as verdades económicas requerem apenas verificação para averiguar se se aplicam a um casoparticular. Foi uma das mais brilhantes defesas do verificacionismo, mas também a última.

Debatemos largamente a contribuição de Hutchinson, um positivista que, em 1938, critica severamente os postulados da economia ortodoxa de Robbins. A procura de regularidades empíricas que Robbins considera sem interesse é fundamental para Hutchinson. (Caldwell [1994] 99-144 e Blaug [1992] 136-141).

Samuelson critica também fortemente Robbins sobre o poder da dedução e o raciocínio “à priori”.

O verificacionismo defendido por Robbins junta os austríacos e os escritores ingleses do séc. XIX.

Dos membros do Círculo de Viena, reunidos à volta de Schlick, Carnap, que fora influenciado por Frege, Russel e Wittgenstein, emigra para os Estados Unidos, mas nos meados dos anos 30 adopta o confirmacionismo. O grau de confirmação é identificado com a probabilidade lógica e esta é definida como a razão das medidas das extensões dos predicados em causa. Carnap obnubilou em parte o pragmatismo de James, Dewey e Peirce, mas aquele volta, após Quine, com Rorty, Putman e Davidson (M. M. Carrilho, “Filosofia sem privilégios”, 1995, 61-86).

Referimos também o instrumentalismo de Friedman. Distingue, na velha tradição de Senior, a economia normativa da economia positiva e adopta o monismo metodológico para as ciências físicas e sociais, entre as quais a economia.

Friedman nega que a conformidade dos pressupostos de uma teoria com a realidade forneça um teste de validade diferente, ou adicional, do teste das previsões.

Para ele não só não é necessário que os pressupostos sejam realistas como é vantajoso que o não sejam. Uma hipótese deve ser descritivamente falsa nos seus pressupostos. Esta extravagância foi o que Samuelson chamou a versão extrema do F-twist. Segundo Samuelson, o F-twist surge em duas versões, uma que afirma que a falta de realismo das hipóteses é relevante para a sua validade - F-twist básico, e uma versão extrema atribui méritos positivos a pressupostos irrealistas. Samuelson tentou reduzir as teorias de Friedman a uma versão básica do F-twist, no decurso da qual Friedman teria abandonado o instrumentalismo pelo descritivismo.

Para os instrumentalistas as teorias são meros instrumentos.

Os instrumentalistas não compreendem que nós não saibamos se uma teoria é falsa ou verdadeira, sendo ela de facto falsa ou verdadeira.

Desde os anos 40 os filósofos da ciência são unânimes na rejeição que o Único fim da ciência é a previsão.

Friedman, deve dizer-se, tem aspectos na sua teoria que não são instrumentalistas, por exemplo quando acrescenta a simplicidade como critério na teoria da escolha, ou quando diz que o realismo não deve ser entendido como um valor verdadeiro. Por isso a rejeição do instrumentalismo não deve afectar a aceitabilidade de certa parte da metodologia de Friedman, não obstante os insucessos das tentativas da sua recuperação metodológica.

Fizemos também referência a Machlup, que é um defensor de Friedman e um adversário de Hutchinson que considera ultra-empirista.

Dá uma grande relevância ao princípio da racionalidade que, na sua formulação mais simples, consiste na afirmação que os agentes económicos atomistas prosseguem o seu interesse próprio. Analisou-se a discussão sobre se o princípio é analítico ou sintético. No primeiro caso é vazio de significado. Na segunda hipótese põem-se dois problemas: se pode ser formulado de forma testável e se realmente pode ser testado. Machlup rejeita a hipótese do homem económico racional. As abordagens possíveis do postulado da racionalidade são múltiplas, conduzindo a um largo espectro de prescrições metodológicas. Todas as abordagens têm, todavia, um ponto comum: o reconhecimento que, para ser plausível, a explicação do estatuto lógico e da natureza da hipótese da racionalidade deve considerar as questões da variação das preferências e a informação.

Por último referimos o operacionalismo de Samuelson, com os seus “*Foundations of Economic Analysis*”, que tem como subtítulo “*The Operational Significance of Economic Theory*”, onde mostra que os pressupostos padrão da maximização sujeita a restrições não são suficientes para derivar a maior parte das previsões económicas. O método da estática comparada é vazio a menos que um sistema dinâmico correspondente seja especificado e se mostre que se mantém estável. É o princípio da correspondência.

Um dos objectivos do livro, segundo o autor, é derivar teoremas operacionalmente significativos em economia. Por teoremas significativos entende hipóteses sobre dados empíricos que podem ser refutados ao menos em condições ideais. Friedman, Machlup e Samuelson adoptam teorias metodológicas defensivas cujo fim por um lado parece ser proteger a economia contra a crítica dos pressupostos irrealistas e, por outro, da exigência de testes severos.

## II. O INTERLÚDIO POPPERIANO

2. Na lição de hoje vamos fazer uma introdução à 2ª parte do curso que tratará a metodologia post-positivista. Nesta metodologia podem distinguir-se dois períodos: o chamado, impropriamente, interlúdio popperiano, na década de 70 e, mais recentemente, o pluralismo metodológico, admitindo a coexistência de várias metodologias, cujo principal mentor é Caldwell.

Sumariando o primeiro período referenciamos os trabalhos de Popper que, embora afirmando não ser essa o seu intuito, liquidou o positivismo.

Com Popper surge a linha de pensamento do crescimento do conhecimento que se apresentou de uma forma atractiva para os metodologistas da economia e os historiadores do pensamento económico. E caracteriza-se por uma atitude crítica<sup>1</sup>, Factos ou teorias são elementos a considerar na identificação do erro. A insistência de Popper no conteúdo empírico e na prioridade da teorização pareciam particularmente adequados. Numa disciplina em que a experimentação é difícil ou inconclusiva, a teoria parece mais sólida. A sua ênfase nas convenções metodológicas - regras do jogo - era útil para ajudar os cientistas sociais na sua tarefa explicativa. “O trabalho de Popper não só era acessível, mas parecia mais relevante para os economistas”, como diz de Marchi 1988!, [“The Popperian Legacy in Economics”].

Popper escreveu a *Lógica da Descoberta Científica* na Alemanha em 1934, a tradução para inglês foi feita em 1959, 25 anos depois. Um extenso post-scriptum à *Lógica* - 3 volumes - foi escrito na década de 50, antes da tradução da *Lógica*. O Post-scriptum foi lido por alguns, mas só foi traduzido para inglês no princípio da década de 80. Como escreve Caldwell, assim difícil dizer “What Popper thought when”, ou seja, o que ele pensava em determinado momento. (Caldwell, “Clarifying Popper”. *Journal of Economic Literature*, 1-2).

Popper parte da crítica do verificacionismo seguido pelos neopositivistas do Círculo de Viena e defende o falsificacionismo, (ele não gostava deste termo, preferia falsificabilidade – “falsificability”. Manuel Maria Carrilho. *O que é a Filosofia*, 34. adopta este termo, mas o termo corrente entre os metodologistas económicos é “falsificacionism” - falsificacionismo. Cfr. Caldwell. art. cit. 2). Uma teoria é falsificável se não há a garantia de que ela passe todos os testes. Deve haver alguns testes possíveis ou observações a que se não conforme e que constituem a evidência que a teoria é falsificável. Uma teoria é falsificável se e somente se existe um falsificador potencial da teoria.

Só as teorias falsificáveis são científicas.

Um primeiro problema do falsificacionismo é o problema da demarcação. Para examinar o crescimento do conhecimento científico temos de distinguir a ciência da não ciência ou metafísica.

A ciência é falsificável. Se uma teoria não é falsificável, não pertence à ciência.

---

<sup>1</sup> Para além do criticismo das teorias, Popper defende uma atitude crítica por parte dos cientistas- Quando Popper afirma a falsidade do princípio racional, diz que ele tem ao menos a vantagem do ser criticável.  
O criticismo racional, com duas excepções importantes, uma das quais de Agassi (Klappholz e Agassi, 1959, “Methodological Prescriptions in Economics”, mereceu pouca atenção dos economistas.

As teorias científicas começam com conjecturas arrojadas sobre problemas difíceis. São consideradas científicas se podem ser sujeitas a testes severos e críticos. Diz-se que as teorias mais severamente testadas contêm um conteúdo empírico elevado e são preferíveis. As teorias que têm um alto conteúdo empírico e que sobrevivem a repetidos testes de refutação são consideradas corroboradas. A corroboração não corresponde, porém, à prova de verdade. Para Popper, nunca podemos reivindicar que descobrimos a verdade.

Se uma teoria é falsificada por um teste, não devemos logo abandoná-la. Os cientistas devem reapreciar a teoria, as hipóteses auxiliares, as condições iniciais, os dados, em suma, tudo o que está ligado com o teste. Algo será modificado e a teoria pode ser melhorada. Por isso Popper entende que a falsificação é mais interessante que as corroborações, porque aquela leva os cientistas a reexaminar a teoria para tentar ver o que está errado.

Infelizmente, a dificuldade de interpretar os resultados dos testes leva os cientistas, para proteger as suas teorias, a atribuir a refutação às circunstâncias da realização do teste e a introduzir-lhe hipóteses auxiliares para salvá-las, a que Popper chamou hipóteses “ad hoc”, depois estratégias convencionais e finalmente estratégias imunizadores. Popper só admite os estratégias imunizadores quando estes aumentam o conteúdo empírico da teoria.

Hutchinson, na linha positivista, Blaug, Klant e Boyland adoptam o falsificacionismo de Popper. A adesão do segundo destes economistas - Blaug - pela sua reputação, contribuiu fortemente para a sobrevivência do falsificacionismo, que continua a defender no prefácio à segunda edição do seu livro *The Methodology of Economics*.

Blaug admite que há boas razões para ser difícil praticar o falsificacionismo: qualquer hipótese está sujeita a que os demais pressupostos se mantenham constantes, mas estes são inúmeros e nem sempre bem especificados, não há leis universais bem comprovadas em economia e as leis gerais não existem, são leis tendenciais ou estatísticas. Para testar uma teoria, temos de construir um modelo e, infelizmente, a mesma teoria pode ser representada por vários modelos e finalmente, ainda, os dados utilizados em qualquer teste empírico só correspondem *grosso modo* aos conceitos da teoria que se está a testar. São argumentos de Caldwell e que Blaug aceita. o que nos parece enfraquecer a sua posição, embora ele replique, tal como Haussman. que o mesmo se verifica nas chamadas ciências exactas. De facto, a tese Duhem-Quine estabelece que é logicamente impossível refutar decisivamente qualquer teoria já que o teste de uma teoria envolve a conjugação de elementos iniciais a de proposições auxiliares de modo que se pode sempre culpar estas de serem a causa da refutação da teoria.

A via de saída para este problema foi o estabelecimento do que Popper chamou, como vimos, estratégias convencionais.

Por convencionalismo entende Popper uma teoria cujo conteúdo, considerado matéria do

convenção ou decisão. à suposto ser insusceptível de questionação .

Admitindo o argumento convencionalista é. possível retomar uma teoria refutada pela mudança de uma das hipóteses auxiliares, desde que, como se disse, essa mudança aumente o conteúdo empírico da teoria.

Em 1991, Caldwell faz uma crítica severa a esta concepção dos estratagemas imunizadores, apresentando-lhe objecções no plano filosófico, histórico e metodológico.

No primeiro plano, entende que Popper nunca clarificou as razões porque se os testes são ambíguos, não se devem usar os argumentos “ad hoc”. Outra crítica neste plano é o anti-indutivismo de Popper. Mesmo quando se verificam confirmações repetidas, elas não têm qualquer peso evidencial. Os testes empíricos não servem para dar suporte a teorias, servem apenas para refutá-las.

A objecção histórica é baseada no facto dos proponentes do falsificacionismo não darem exemplos de aplicações à ciência, designadamente à economia. Blaug veio apresentar posteriormente exemplos, mas Caldwell rebate a validade desses exemplos, tais como a curva de Phillips, a rejeição da estabilidade da velocidade de circulação da moeda nos anos 50, a rejeição da função de consumo keynesiana nos anos 50, etc.

No tocante à objecção metodológica, entende que a metodologia deve ser descritiva e prescritiva, e não apenas prescritiva. como defende Popper.

Em resumo: há boas razões, no dizer de Caldwell, para a prática da utilização dos estratagemas imunizadores.

O argumento de Caldwell contra a proibição da utilização de estratagemas imunizadores é que a maior parte da metodologia efectivamente usada na economia, *pode* ser descrita como a que eleva um estratagema imunizador a princípio metodológico inviolável- Este estratagema imunizador não é senão a análise situacional de Popper.

O principal fim da teoria das ciências sociais é traçar as repercussões sociais não esperadas de acções humanas intencionais, é o que se chama a análise situacional.

Popper é defensor do monismo metodológico, ao mesmo tempo que advoga que o único método válido para as ciências sociais é a análise situacional que, segundo Blaug, não é mais que o velho princípio neoclássico da racionalidade

A metodologia da análise situacional foi exposta por Noreta Koertge com mais clareza do que por Popper e consiste nas seguintes fases:

descrição da situação (*explans*),  
 análise da situação,  
 princípio da racionalidade,  
 explicação (*explanandum*).

Em relação á análise situacional põe-se o problema de saber se ele é apropriado para ser adoptado pelas ciências sociais, designadamente a economia. Popper, como dissemos, entende que sim.

Uma primeira questão é que nem todos os fenómenos sociais são explicáveis dentro de uma estrutura da escolha racional.

Há alternativas: o funcionalismo, o behaviorismo, a hermenêutica.

Popper não deveria ter defendido aquela posição porque, como teremos ocasião de mostrar em lições posteriores, a análise situacional é inconsistente com o falsificacionismo.

A demonstração requer uma reinterpretação do princípio da racionalidade. O problema é tanto mais delicado, quanto a corrente dominante dos economistas entende que sé as teorias que empregam o princípio da racionalidade são aceitáveis.

Mesmo Blaug põe em dúvida esta posição, ilustrando o seu ponto de vista com a teoria keynesiana que, com os seus pressupostos de preços fixos, não deriva da maximização da utilidade, nem é facilmente compatível com ela. Uma geração de economistas tem procurado, sem grandes resultados, a fundamentação microeconómica da macroeconomia .isto é ajustar o multiplicador com o postulado da racionalidade,

Há várias interpretações do princípio da racionalidade: a economia neoclássica insiste no individualismo metodológico, ou seja procura derivar todo o comportamento económico da acção dos indivíduos.

Esta é a forma mais sofisticada de uma interpretação mais primária que diz muito simplesmente que os agentes actuam apropriadamente a uma dada situação tal como ela se lhes apresenta. Sob esta forma simples, o princípio da racionalidade não é falsificável, como o próprio Popper o reconhece. Assim as teorias que o utilizassem sob esta forma não seriam científicas.

Uma segunda interpretação na qual se pode enquadrar a definição neoclássica é considerá-la uma lei universal. Mas também as leis universais não são falsificáveis e teríamos de classificar como não científico o neoclassismo.

Se entendermos que as explicações da análise situacional são falsificáveis, o princípio da racionalidade terá de ser falso.

Popper acaba por aceitar que de é falso nestas duas interpretações, mas que deve ser retido, insistindo que as leis universais das ciências sociais, embora falsas, não devem ser rejeitadas. Para ele, as teorias nas quais tais leis são aplicadas devem ser ajustadas até que as acções dos agentes possam ser consideradas de acordo com a lógica situacional.

Assim, temos de concluir que a análise situacional viola as leis do falsificacionismo.

Popper dá-nos uma terceira interpretação do princípio da racionalidade. Ele seria apenas um princípio metodológico, um “princípio zero”, retido por ter sido útil no passado. Mas, duas páginas depois, diz que ele é uma “conjectura empírica” e que é essa a noção que ele aceita.

De facto entendemos que Popper também não pode aceitar esta terceira interpretação. Reter um princípio pela sua utilidade no passado é um argumento indutivo. E a indução é formalmente rejeitada por Popper.

O princípio da racionalidade para Robbins e para os austríacos era uma proposição *a priori*, um “*a priori* sintético kantiano”, ou seja uma proposição sobre a realidade empírica que não pode ser falsa por causa da linguagem ou do significado dos termos.

O postulado é visto por muitos outros como empiricamente refutável não em si ou por si, mas por convenção.

Para o próprio Blaug, a hipótese da racionalidade só por si é muito frágil. Como recomenda Arrow, é precisa juntar-lhe pressupostos auxiliares, tais como: a homogeneidade dos agentes por causado problema da agregação; o conhecimento antecipado perfeito; a concorrência perfeita: etc.

O comportamento individual viola muitas vezes o princípio, como foi reconhecido há muito, por exemplo. no modelo da utilidade esperada de Shoemaker.

Face a tudo isto, devemos rejeitar o postulado da racionalidade? Seria adoptar o que designamos de falsificacionismo inócuo.

Blaug dá ao problema uma solução lakatosiana, dando uma nova formulação à análise situacional. O princípio da racionalidade, como dissemos, seria incluído no “hard core” do programa de investigação neoclássica.

**3.** Ainda neste quadro temos de referir Lakatos, o discípulo mais próximo de Popper, mas que representa um compromisso entre as prescrições normativas dos filósofos da ciência e o descritivismo dos historiadores da ciência.

Lakatos entende que a escolha entre a alternativa prescritivista e a descritivista suscitada por Kuhn não era necessária. A sua *Methodology of Scientific Research Program* (MSRP) proporcionava uma concepção de ciência que era prescritivamente forte e descritivamente adequada.

Para ele, as disciplinas científicas compreendem um ou mais programas que são séries de teorias que vão evoluindo ao longo do tempo.

Lakatos introduz duas noções; a de “núcleo duro” (“hard core”) e a de cinto protector” (“protective belt”). O “hard core” de um programa consiste nas suas hipóteses

fundamentais. Todos os testes da teoria têm lugar dentro do “cinto protector”, onde as implicações empíricas dos programas são separadas e confrontadas com os dados, e umas com as outras e gradualmente modificadas e aperfeiçoadas. O processo do teste e da modificação dentro do “cinto protector” efectua-se ao longo de um argo período de tempo.

Lakatos inclui o aspecto prescritivista na sua M.S.R.P. para avaliar se as alterações dos programas são progressivas ou degenerativas. Um programa é progressivo se gera factos novos, ainda que não antecipados, ainda que não corroborados. Os programas que não satisfazem esta condição são degenerativos.

Não ha racionalidade instantânea quando se julga se um programa é progressivo ou degenerativo. A apreciação só pode ser feita ao longo do decurso do tempo, porque há programas que podem ser progressivos, estagnar e tornar-se de novo progressivos.

Lakatos não dá assim qualquer regra de decisão para abandonar um programa degenerativo.

As posições de Lakatos são muito apreciadas porque se adaptam bem à defesa da microeconomia contemporânea e à teoria do equilíbrio geral. É em larga medida, a posição de Blaug.

A posição de Lakatos difere, todavia, da de Popper em vários aspectos. Embora Popper admita que a ciência contém elementos metafísicos, não lhes dá o lugar que Lakatos lhe atribui com o “hard core”. Lakatos dá também uma importância menor ao problema da refutação das teorias. Com a sua ideia do ‘cinto protector’, está mais preocupado em preservar uma teoria do que em refutá-la,

4. Dissemos que o primeiro período post-positivista se chamava impropriamente “interlúdio popperiano” porque houve de facto nesse período outras metodologias relevantes e divergentes da de Popper.

A principal crítica a Popper partiu de Kuhn [1962] (*A Estrutura das Revoluções Científicas*).

Ao desenvolver a sua teoria do crescimento do conhecimento, Kuhn põe em causa a legitimidade dos modelos prescritivos do crescimento do conhecimento.

Entende que tais modelos, incluindo o de Popper, eram inapropriados para proporcionar uma estrutura explicativa para a evolução histórica das ciências. Kuhn advogava uma abordagem mais equilibrada que incorporasse os instrumentos descritivos da sociologia do conhecimento para contrabalançar a dominância “a-histórica” dos modelos prescritivistas que gozavam os favores dos filósofos da ciência.

A tese de Kuhn é que o progresso da ciência não se faz gradualmente. Há uma fase que ele denomina ciência normal, onde a investigação se baseia nos conhecimentos

científicos adquiridos e que a comunidade científica aceita durante um certo período como base da sua actividade. Esta actividade conduz à descoberta de anomalias que não podem ser ignoradas nem resolvidas. E é a acumulação destas anomalias que conduz a um período revolucionário. Os velhos métodos são questionados e surgem novas áreas de investigação.

Para Kuhn o método apropriado de fazer ciência é reconhecer este esquema de períodos alternados de ciência normal e de ciência revolucionária.

Embora os seus maiores opositores fossem os empiristas lógicos, ele sofreu a oposição de todos os prescritivistas, incluindo Popper. Kuhn vem de facto preconizar uma mudança do prescritivismo defendido por muitos filósofos da ciência, para instrumentos descritivos, usados pela sociologia da ciência.

Porque muitos historiadores interpretam o seu pensamento económico mais como descritivo do que prescritivo, o argumento dele ganhou popularidade entre os historiadores do pensamento económico. Embora, algo paradoxalmente, um dos seus críticos mais severos seja um dos mais considerados historiadores do pensamento económico - o referido Mark Blaug.

Kuhn utiliza o termo paradigma para representar exemplos das conquistas científicas passadas e que continuam a servir de modelo para os economistas *na ciência normal*.

As revoluções científicas traduzem-se na mudança de paradigmas. Mas Kuhn utiliza o termo paradigma noutros sentidos: tanto para designar um conjunto de problemas, como o conjunto de técnicas para os tratar. Margaret Masterman, num artigo de 70 (“The Nature of a Paradigm”), detectou 22 sentidos em que a palavra paradigma é empregue por Kuhn. Mas isto refere-se à 1ª edição.

Na 2ª edição de 70, num longo *post-facio*, o próprio Kuhn admite a imprecisão do termo e sugere a sua substituição por “matriz disciplinar”. “Disciplinar” porque se refere ao património comum de uma ciência; “matriz” porque é composta de elementos ordenados de tipo variado, cada um dos quais exigindo uma especificação adicional.

Ao criticar Kuhn, Blaug afirma que “A Estrutura das Revoluções Científicas” não é tanto uma contribuição para a metodologia mas para a sociologia da ciência,

Não consideramos válida a afirmação de Blaug. Kuhn, quanto a nós, deu uma contribuição relevantíssima para a metodologia e também, de facto, para a sociologia da ciência.

**5.** Na nova heterodoxia temos de referir, além de Kuhn e Lakatos, uma outra corrente representada por Feyerabend: o anarquismo metodológico. Feyerabend é autor do *Against Method* (1975, ed. rev. 1988).

A possibilidade de distinguir claramente o teórico do não teórico, defendida pelo

positivismo, foi contestada pelos filósofos contemporâneos da ciência.

Os críticos argumentam que as percepções, o significado dos termos e mesmo os ‘factos’ são dependentes da teoria.

Feyerabend pretende levar até às suas últimas consequências a tese da dependência das teorias.

Procura destruir os dois pilares do moderno empirismo: a condição de invariância do significado e a condição de consistência.

Afirma que o significado dos termos observacionais e teóricos são completamente dependentes da teoria onde se inserem.

Como consequência, uma nova teoria que substitua outra, conterá termos que são usados com um significado diferente do seu uso anterior.

Este ponto relativo à mudança do significado dos termos com a mudança das teorias é visto com reservas.

A outra rejeição de Feyerabend é a condição de consistência a qual reclama que as novas teorias contenham ou sejam consistentes com as teorias bem estabelecidas no domínio em causa. Feyerabend cita inúmeros exemplos históricos onde tal não se verificou, e onde as novas teorias provaram bem.

No seu *Against Method* proclama que a anarquia é a mais atractiva filosofia política e uma excelente medicina para a epistemologia e a filosofia da ciência. Para ele, a história é demasiado rica para aceitar regras estabelecidas *a priori*. É assim que defende que o anarquismo metodológico é uma pré-condição do progresso da ciência.

### **III. O PLURALISMO METODOLOGICO**

6. O segundo período do post-positivismo - o pluralismo metodológico - surge como reacção às conclusões negativistas do interlúdio popperiano.

De tacto, apesar dos esforços assinaláveis de Blaug, são notórias e reconhecidas pelo próprio as dificuldades de aplicação prática do falsificacionismo.

A versão conciliatória de Lakatos depara com a raridade do que se designou de programas de investigação progressivos.

Em terceiro Lugar, não resultou a tentativa de resolver o problema da escolha por métodos econométricos por virtude da citada Lei de Duhem-Quine e por dificuldades metodológicas dentro da própria econometria.

Por outro lado, os fundamentos metodológicos de outros programas de investigação, como a análise do desequilíbrio, as expectativas racionais e a fundamentação microeconómica da macroeconomia suscitam problemas por assentarem na crença da possibilidade de resolver o problema da indução de Hume.

Estas são as razões apresentadas por Salanti (1989) para a desilusão com a metodologia económica dos anos 70 e a primeira parte da década de 80, e que o leva mesmo a pôr a questão de saber se se justifica a continuação do estudo da metodologia económica.

Não é esta a posição de Hands (1990) e Caldwell (1989), este último o principal expoente do pluralismo metodológico, cuja bondade defende embora reconheça que ele suscita certa instabilidade e que o leva a dizer:

“Todos concordam que estamos muito melhor 5001 a rigidez puritana do positivismo, mas a metodologia do “amor livre” será muito melhor?”

Não obstante, entende que se pode descortinar uma tendência emergente com uma heurística positiva e uma heurística negativa.

A heurística negativa corresponde ao consenso que se não deve continuar a dar tanta importância a certos tópicos. Tal não corresponde a uma diminuição do papel da filosofia da ciência. O que pede é uma abordagem equilibrada que seja sensível ao que a filosofia da ciência tem a oferecer em relação à especificidade do problema com que nos defrontamos numa disciplina - no nosso caso a economia.

O criticismo é parte integrante e central da nova agenda dos metodologistas

Este último aspecto está na base da heurística positiva de Caldwell: o fim da nova metodologia é ajudar-nos a compreender melhor a que respeita a prática dos economistas.

Uma primeira questão oriunda da filosofia a importância do estudo em pormenor dos problemas específicos de cada ciência.

Um segundo ponto corresponde à necessidade de preencher o vazio criado pela queda do positivismo e consiste na aplicação de certas estruturas filosóficas à nova metodologia económica.

Um exemplo, dos mais significativos, é o referente aos trabalhos de Lawson e Uskala Mäki, sobre o realismo científico, profundamente impregnados pela filosofia da ciência como fonte do conhecimento metodológico; outro exemplo é o de Lavoie com a sua abordagem hermenêutica à economia: outro ainda mais recente, do último semestre do ano findo é o de O’Gorman e Boylan, que reúne o holismo de Quine com o construtivismo empirista de Van Frassen.

**7.** A corrente dominante que surge após o interlúdio popperiano foi o realismo científico que se desenvolve nos últimos anos de oitenta e primeiros desta década e que tem, como

se disse, Lawson e Mäki como principais representantes.

O realismo científico surgiu na filosofia da ciência na década de setenta com Bhakar (*A Realist Theory of Science*, 1975) e outros, indo de variantes da teoria causal da referência de H. Putman ao realismo naturalista evolucionário de Hooker.

Todos os realismos científicos têm um ponto comum (contrariamente ao instrumentalismo filosófico): as proposições de uma teoria são falsas ou verdadeiras e, segundo, contrariamente ao relativismo, estas proposições são falsas ou verdadeiras em virtude de mundo ser independente de nós próprios.

Para fazer uma descrição ainda que sumária do realismo científico temos de remontar á distinção feita por Hempel nos meados dos anos sessenta entre o uso pragmático das ciências (exemplificado no seu aproveitamento tecnológico) e o seu uso para satisfação da nossa curiosidade intelectual.

Este último aspecto denomina-se a dimensão epistémica da ciência, a outra é a dimensão não epistémica.

A dimensão epistémica respeita à relação entre a teoria científica e o mundo em termos de crença ou verdade desejada.

De acordo com Hempel, a explicação e a teoria estão localizadas, bem como a descrição, na dimensão epistémica de qualquer ciência.

Foi sob a influência da contribuição de Hempel, relativa à união da teoria e da explicação que se desenvolveu o realismo científico.

Segundo Hempel, por detrás do mundo observável há mecanismos reais mas não observáveis que são geradores de acontecimentos económicos observáveis.

Para o realismo científico, a união da teoria e da explicação está inextricavelmente ligada á. noção de causas reais não observáveis. Explicar é revelar, por meio da teoria económica, as causas económicas reais que geram certos fenómenos económicos.

O conceito de causalidade é assim indispensável e fundamental para o realismo científico. Contrariamente á análise empirista tradicional da causalidade que reduz as ligações causais às regularidades de Hume, o realismo científico entende que as causas são ontológicas ou reais e irredutíveis às regularidades de Hume.

Não cabe nesta lição introdutória estudar as várias espécies de realismo, apontaremos apenas algumas das suas características comuns.

A teoria pretende não só a previsão, respeita guelmente à explicação, mas o realismo distingue entre explicação e previsão.

As teorias científicas com maior maturidade resultam da nossa compreensão do mundo real, no sentido de que as suas explicações se traduzem na revelação de objectos imutáveis da natureza ou das suas essências ocultas. Como se disse, as teorias científicas mais avançadas descobrem entidades não observáveis que actuam como mecanismos geradores ou processos básicos causais de fenómenos observáveis num domínio da ciência.

Em segundo Lugar, para o realismo as condições sob as quais uma proposição é verdadeira é distinta e não deve ser confundida com as condições segundo as quais é sabido ser ela verdadeira. Ou seja, uma proposição pode ser verdadeira e nós não sabermos que ela é verdadeira.

Isto põe o problema do progresso na ciência, no sentido que as teorias correntes podem ser falíveis, mas normalmente elas vão-se aproximando mais da verdade que as suas antecessoras. E a chamada “tese da verosimilhança” (enunciada em 1981 por Newton e Smith).

Outra característica, que já fora antecipada por Cume, é que toda a descrição é impregnada de teoria. É uma tese hoje aceite por quase todas as correntes da filosofia da ciência contemporâneas.

O empirismo dava prioridade à percepção e negligenciava a contribuição da razão para o conhecimento humano, o racionalismo tinha a posição contrária. As duas dimensões estão hoje ligadas no holismo contemporâneo.

Uma quarta característica respeita ao tema da inferência da melhor explicação que se pode enunciar por esta forma simples: se estamos a considerar duas ou mais explicações do mesmo acontecimento, facto ou regularidade, as demais coisas sendo iguais, optamos pela melhor explicação disponível.

A questão é saber que filosofia da ciência dá a melhor explicação da prática científica.

Para Laudan (1990) ou Newton Smith (1981) o realismo é não só a melhor explicação, mas a única. Hooker diz que sem a metafísica e a semântica do realismo não é possível desenvolver nenhuma teoria adequada do conhecimento.

Putman e Harré vão no mesmo sentido.

A posição de Lawson é algo diferente, o seu realismo é por ele próprio denominado realismo transcendental e tem as suas raízes em Bhakar. É considerado por certos autores como dogmático. Entendendo que ao realismo de Lawson não interessa a escolha da melhor explicação, ele põe antes a questão kantiana: quais são as *condições* da possibilidade da ciência? A resposta é o realismo, Lawson põe a questão transcendental: o que sucede se se verificar o acontecimento X?

Para Lawson, quando um agente económico perante X escolhe Y, para que a escolha seja

real, o agente poderia não ter escolhido Y, mas, por exemplo, Z.

Segundo Lawson, a capacidade de previsão prevalece nos sistemas fechados. O mundo económico é um sistema aberto, logo a capacidade de previsão nem sempre existe.

Em resumo, a *economia* deve ser vista essencialmente mais como explicativa e não como previsiva.

Para o realismo transcendental o mundo é composto em parte de objectos que são estruturados (na terminologia de Bhakar) e intransitivos. “Estruturados” no sentido de serem irreduzíveis a acontecimentos da experiência e “intransitivos” no sentido de existirem e agirem independentemente da sua identidade.

Esta perspectiva geral foi desenvolvida para incluir a especificidade do domínio social, levando ao chamado realismo crítico, cuja característica básica é o conhecimento hermenêutico da natureza dependente do material social e ainda o reconhecimento que a estrutura social é dependente da actividade humana ou da “praxis”. É através da actividade humana que as estruturas sociais emergem, se preservam (quando tal sucede) quer os indivíduos estejam cientes ou não de tal.

Isto estabelece uma relação entre as estruturas e a actividade humana. As estruturas sociais, dependendo da actividade humana não podem ser imutáveis, nem podem ser tratadas como criação dos indivíduos porque as acções individuais intencionais pressupõem a existência *a priori* das estruturas. Não há “reificação” nem “criação” - há reprodução ou transformação. Os indivíduos agem sobre as estruturas existentes, embora nem sempre, ou mesmo na maior parte das vezes, sem a intenção de as modificar, mas de facto sob a acção conjunta de todos os indivíduos, estas são, não intencionalmente, reproduzidas ou transformadas.

Para concluir a posição de Lawson, uma nota sobre o conceito de abstracção, que ele considera indispensável à análise inicial dos fenómenos económicos.

Lawson sugere dois princípios realistas que permitem distinguir o uso correcto e apropriado do conceito de abstracção. Em primeiro lugar, deve respeitar ao real de preferência a qualquer ficção ideal tida por conveniente. O fim dos realistas é descobrir os mecanismos causais reais e, neste contexto, as ficções idealizadas devem ser evitadas. Este princípio exclui noções idealizadas! tais como concorrência perfeita, expectativas racionais e previsão perfeita, que mesmo muitos dos que as advogam consideram irrealistas. O segundo princípio entende que a forma correcta de abstracção deve orientar-se para o essencial de preferência ao mais geral.

**8.** O outro expoente do realismo científico que citamos foi Uskala Mäki, que faz a ligação do realismo científico com o que ele chama “realismo do senso comum”. Mas é um realismo do senso comum “minimalista” que defende que existem objectos do senso comum, enquanto o realismo do senso comum radical perfilha o ponto de vista que só existem objectos do senso comum.

Denomina-se esta versão minimalista do realismo do senso comum “realismo científico essencialista”. É uma forma específica de realismo científico que sustenta que as teorias científicas revelam ou aproximam-se da verdade acerca das essências ocultas (melhor, escondidas) do mundo real.

Mäki chama a atenção para o facto de, em muitas versões da capacidade de explicação do realismo científico, existência e verdade estarem intimamente ligadas na aceitação de uma teoria como explicação, o que implica a crença que os seus referenciais são reais e que a teoria é verdadeira ou se aproxima da verdade.

Os realistas científicos sustentam que a forma mais credível, e porventura a única, de descobrir o que é efectivamente o mundo real, incluindo os seus mecanismos causais básicos é a teorização científica. Os processos, os recursos conceptuais e a ontologia do senso comum não suportam o escrutínio crítico quando comparados com os das teorias científicas avançadas. Em particular, a ciência tem prioridade ontológica sobre a estrutura do senso comum.

No realismo científico a explicação e o compromisso ontológico desenvolvem-se paralelamente: as entidades postuladas pelas melhores explicações teóricas são as entidades básicas do mundo e é óbvio, em particular nas ciências físicas, que os recursos ontológicos dos esquemas conceituais do nosso senso comum são completamente inadequados e enganadores.

**9.** Uma terceira posição dentro da heurística positiva e que representa uma estratégia radicalmente diferente na abordagem da metodologia económica é a retórica de McCloskey e Klamer e a que estão também ligados com algumas variantes Weintraub (85,88) e Backhouse (92) (93), e que se traduz numa rejeição total de todas as metodologias prescritivas, emanando da filosofia da ciência, em particular do modernismo com as suas tendências positivistas.

A ideia de McCloskey é renunciar à filosofia em geral e à filosofia da ciência em particular.

A ironia está em que a hostilidade de McCloskey à filosofia tradicional é inspirada pelos trabalhos de um filósofo – Rorty - o neopragmatista norte-americano.

O seu objectivo é sensibilizar os economistas para o facto de que a economia, como qualquer disciplina, tem o seu conjunto próprio de metáforas, uma terminologia própria e altamente sofisticada para comunicação dentro do grupo profissional e a importante tarefa de impressionar os que não pertencem à profissão.

E com o suporte de outro filósofo – Habermas - que McCloskey apresenta a tese da importância da conversação.

No que está, convenhamos, correcto, o tema conversação! comunicação constitui um dos

aspectos principais dos trabalhos de Habermas e Rorty.

E a tradição hermenêutica - uma das divisões do conhecimento humano - que constitui a base do conhecimento da economia retórica.

A retórica científica envolve preocupações filosóficas da linguagem, do conhecimento e da natureza humana. A sua solução é ser relativista e hermenêutico a todos os níveis da investigação e evitar o racionalismo e a epistemologia. Esta escolha é alternativa ao racionalismo tradicional.

O desenvolvimento mais recente e mais aprofundado das teses de McCloskey tem vindo a ser feito por Uskaia Mäki que, em 1993, num artigo “Economics and Language”, propõe “que encaremos os economistas (e os cientistas em geral) como usando uma teoria da coerência da justificação e uma correspondente teoria da verdade”. Uma teoria da coerência da justificação permite discutir como e quais elementos de persuasão e retórica (juntamente com outros factores) afectam as crenças dos economistas.

A teoria correspondente da verdade permite-nos reter a noção de linguagem como representacional.

A teoria da retórica de McCloskey é não realista. Uskaia Mäki procurou construir uma teoria retórica realista<sup>2</sup>

**10.** O empirismo construtivista de Van Frassen (1980, 1989) está em oposição frontal ao realismo científico, quer ao realismo transcendental de Lawson, quer ao realismo científico essencialista de Mäki.

Embora nalguns aspectos Van Frassen siga Quine, difere dele na medida em que, designadamente Quine não exclui a possibilidade da teoria desempenhar um papel dual; proporcionar descrições impregnadas de teoria, e fornecer igualmente explicações científicas.

Este papel dual é rejeitado pelo construtivismo empírico. Para ele existe uma separação nítida entre explicação científica e teoria científica. A primeira é do domínio da ciência aplicada - tem *uma* dimensão não epistémica ou pragmática; a segunda é do domínio da ciência pura, tem o seu lugar na dimensão epistémica da ciência.

Para o construtivismo empírico, o fim epistémico da ciência é construir uma teoria unificada que seja empiricamente adequada. Com efeito, Van Frassen não aceita a contraposição do teórico ao observável.

Anote-se que Mäki condena a unificação por considerar que ela tem uma dimensão

---

<sup>2</sup> McCloskey reuniu em 1994, num livro, uma série de artigos por ele escritos nos últimos anos, actualizados com revisões significativas, onde responde aos seus críticos e mantém as suas teses. O livro, escrito com certo humor, é bem elucidativo dos seus vastos e profundos conhecimentos

ontológica reducionista, mas é, como veremos nas lições seguintes, o realismo naturalista evolucionário que mais fortemente critica o construtivismo empírico.

**11.** A teoria mais recente no domínio da epistemologia e metodologia económicas surgiu no segundo semestre do ano findo e que os seus autores, um economista e um filósofo de uma universidade escocesa, apelidaram de ‘holismo causal’, que se situa entre o realismo e a retórica.

Os autores procedem a uma análise crítica do realismo de Lawson e Mäki e da retórica de McCloskey. Em vez da abordagem mais geral, atribuída àqueles autores, preocupam-se com aspectos mais específicos, tais como as implicações ontológicas e unificadoras do realismo, as metáforas e os modelos matemáticos, a causalidade, a explicação e a teoria, e a aplicação destes temas à filosofia da economia.

O holismo causal resulta da tentativa de síntese do holismo de Quine com o construtivismo empírico de Van Fraassen, concentrando a sua atenção no papel dos modelos na economia, especialmente na sua capacidade de fornecer descrições empíricas adequadas dos acontecimentos económicos reais e das *suas* causas observáveis..

Em geral considera-se que a ciência económica tem um fim duplo: descrever os acontecimentos económicos no nosso mundo social e nas ordens sociais passadas e fornecer explicações científicas destes acontecimentos. E o segundo que cabe à teoria económica. A teoria económica e a explicação são inseparáveis.

O holismo causal põe em causa esta posição, segundo ele há posições diferentes que não têm sido devidamente tidas em conta, como é o caso de Quine. A posição deste é contrária à união da teoria económica e da explicação. Segundo Quine a teoria económica é indispensável à ciência económica. Contudo esta indispensabilidade verifica-se ao nível descritivo e não ao nível explicativo,

De acordo com o holismo causal, uma outra posição discordante negligenciada na filosofia da ciência é o construtivismo empírico.

O holismo causal apoia a junção da teoria e da descrição de Cume e coloca-as na dimensão epistémica da ciência. Os autores dizem que a utilização do termo “holismo” na sua *teoria* corresponde a *uma* homenagem a Quine cuja abordagem à ciência é “holística” e não atomista.

Quanto ao adjectivo causal, simboliza o carácter distintivo da sua estrutura metodológica que não é a do realismo científico nem a do construtivismo empírico.

Vimos que, no realismo, o conceito de causalidade se localiza na dimensão epistémica da ciência, o que é rejeitado pelo construtivismo empírico. O holismo causal segue neste ponto o realismo científico, aceita o carácter epistémico da causalidade, mas com uma diferença importante. O fim epistémico da teoria científica não inclui a descoberta de causas não observáveis que explicam o mundo observável, como sucede no realismo

científico.

Os modelos teóricos não podem aceitar qualquer mecanismo que não seja empírico ou observável.

Com o construtivismo empírico, a explicação pertence ao domínio não epistémico. Deste modo as relações epistémicas do realismo científico entre teoria e explicação, por um lado, e causalidade e mecanismos geradores não empírico, por outro, não são aceites.

A descrição, a teoria e as causas observáveis pertencem ao domínio epistémico da ciência, e a explicação ao domínio não epistémico.

O holismo causal, salientando a importância dos modelos para o fim epistémico da ciência, mantém que a filosofia da ciência em geral é relevante para a filosofia da economia.

Dada a sua novidade, o holismo causal, não foi ainda objecto da análise crítica que merece.

Quanto a nós, a aceitação de certos aspectos do construtivismo empírico e a rejeição das causas não observáveis do realismo científico, afiguram-se-nos conferir-lhe laivos ainda que ténues do empirismo positivista.

**12.** Concluindo, o pluralismo metodológico procura promover a qualidade dos paradigmas alternativos, enquanto a prática científica respeita mais à escolha de regras de teorização dentro do paradigma escolhido e à construção de teorias em conformidade<sup>3</sup>.

Se a metodologia pretende melhorar a compreensão e a análise crítica das diferentes escolas de pensamento, deve envolver um certo grau de pluralismo.

Os economistas devem construir e defender as suas teorias na base dos princípios dos seus paradigmas, mas ser abertos e tolerantes para com os praticantes de outros paradigmas, até pela criatividade que resulta do cruzamento dos diversos paradigmas.

O facciosismo e a intolerância na economia e principalmente na metodologia não são aconselháveis, até porque muitas vezes conduzem a persistência do erro. E o progresso científico consiste precisamente na correcção progressiva dos erros.

---

<sup>3</sup> Caldwell [1994] conta a origem do seu artigo "Clarifying Popper". Participava numa Conferência em 1987, organizada por Klamer e encontra-se com Blaug no "men's room" e diz-lhe: "Mark (Blaug), you and I have been arguing about the merits and limitations of Popper's falsificationist methodology for nearly a decade ago. Where do you think our arguments stand?" After about a three seconds pause he said 'We both think falsificationism is hard to put in effect in economics. You say we should abandon it, and I say we should try harder.' I was stunned. Ten years'worth of work, and he had summed it up in two sentences". "Clarifying Popper" é uma carta de resposta a Blaug.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BACKHOUSE, R., DUDLEY-EVANS, T. e HENDERSON, W. [1994] eds.  
*New Directions in Economic Methodology*, Routledge, Londres.  
 Neste livro foram particularmente utilizados os textos de  
 Backhouse, Blaug, Caldwell, Hausman e McCloskey.
- BLAUG, M. [1991] “Clarifying Popper” em *Journal of Economic Literature*, vol. 29,  
 Março de 1991, pg. 1-33.
- BLAUG, M. [1992] *The Methodology of Economics*, Cambridge University Press,  
 Londres.  
 A 1ª edição é de 1980. Existe tradução em português (1994) da 2ª edição (Ed. Gradiva,  
 Lisboa).
- BOYLAND, T e O’GORMAN [1995], *Beyond Rhetoric - Realism in Economics*  
 Routledge, Londres.
- CALDWELL, B. [1994] *Beyond Positivism*, Routledge, Londres. A 1ª edição é de 1982.
- LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A., eds. [1970], *Criticism and the Growth of Knowledge*,  
 Cambridge University Press, New York. Reimpresso com  
 correções em 1972 e 1974, teve posteriormente, até 1994, 17  
 reimpressões.
- LOGOS [1989], *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Editorial Verbo.

Não se referenciam no texto as muitas passagens que seguem de perto  
 estes trabalhos para não polvilhá-lo de notas de pé de página dada a  
 natureza pedagógica da lição. Esta anotação tem igualmente como des-  
 tinatários os autores dos trabalhos citados.

? ? ? ? ?

**Subjacentes ao nosso texto estão muitos outros trabalhos, dos quais nos limitamos a  
 citar os que consideramos mais importantes.**

- CALDWELL, B., *The Philosophy and Methodology of Economics*, 3 vols., Edward  
 Elgar, Aldershot.  
 É uma colectânea extensa e valiosa e que não reproduz artigos que já constem de  
 outras colectâneas.

- CARRILHO, M. M., {1994}, *Jogos de Racionalidade*, Edições Asa.
- CARRILHO, M. M., [1994], *O que é a Filosofia*, Difusão Cultural.
- COMETTI, J. P., [1994], *Filosofia sem Privilégios*, Edições Asa.”
- FERRY, J. M. [1987]; *Habermas, l'éthique de la communication*”, Presses Universitaires de France, Paris.
- FEYERABEND, P. [1975], *Against Method: Outline of an Anarchist Theory of Knowledge*, New Left Books.  
Há traduções portuguesas (1988) e (1993).
- HABERMAS, J. [1987], *Theorie de l'agir communicationnel*, Fayard, Paris. O original alemão é de 1981.
- HABERMAS, J. [1987], *Logique des sciences sociales et autres essais*, Presses Universitaires de France, Paris. Os textos em alemão são de 1982 e 1984.
- HAUSMAN, D., ed. [1994], ‘The Philosophy of Economics, an Anthology’. A 1ª edição é de 1984. Em especial os textos de Hutchinson, Machlup, Friedman, Schumpeter, Blaug, Rosenherg e McCloskey.
- HAUSMAN, D., [1994] *The Inexact and Separate Science of Economics*, Cambridge University Press.  
A primeira impressão é de 1992.
- HENDERSON W., Dudley-Evans, T. e BACKHOUSE [1993], eds. *Economics and Language*, Routledge, Londres.  
Em especial o artigo introdutório dos editores e os de UskaIa Mäki e Bill Gerrard.
- KUHN [1970], *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago University Press.  
A 1ª edição é de 1962, mas a 2ª edição diferencia-se bastante da primeira. Há tradução portuguesa.
- LATSIS, S. [1976], ed. *Method and Appraisal! in Economics*, Cambridge University Press.
- de MARCHI, N. e BLAUG, M. [1991], ed. *Appraising Economic Theories*”, Edward Elgar, Aldershot, Inglaterra.
- MCCLOSKEY, D. [1983], “The Rethoric of Economics”, *Journal of Economic Literature*, vol. 21, Junho de 1983, pgs. 481-517.
- MCCLOSKEY, D. [1994], *Knowledge and Persuasion in Economics*, Cambridge University Press.

- NAGEL, E. [1961], *The Structure of Science. Problems in the Logic Scientific Explanation*”, Routledge
- NAGEL, E. (1963), “Assumptions in Economic Theory”, *American Economic Review*, Maio, 211-219
- POPPER, K. [1959], *The Logic of Scientific Discovery*, Basic Books, New York.  
Há tradução em português (ed. brasileira).
- POPPER, K. [1965], *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, Basic Books, New York.
- REDMAN, O. [1993], *Economics and the Philosophy of Science*, Oxford University Press, New York.